

**Concepciones de libros de texto de ciencias en las publicaciones brasileñas del
programa nacional do livro didático**

**Concepções de livros didáticos de ciências nas publicações brasileiras do programa
nacional do livro didático**

**Science text book concepts in the official publications of brasilian programa
nacional do livro didático**

Adriana Batista Afonso¹
Sandra Escovedo Selles²

Resumen

El presente artículo presenta como objetivo analizar concepciones de libro de texto construidas en las publicaciones oficiales del *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD), política pública brasileña. Esto se realiza por medio de análisis documental y tomando como referencia documentos entre 2010 y 2019 concernientes a la etapa pedagógica brasileña de los *Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. Se construye un breve panorama sobre el Programa, marcando su destacado lugar, y se añaden concepciones de libro de texto que ponen de relieve la complejidad de ese objeto. Se analizan los documentos buscando una interpretación acerca de qué concepciones de libro de texto son construidas por las publicaciones del Programa. Se comprende PNLD como inductor y legitimador de cambios pedagógicos y curriculares, representando un demarcado campo de disputas en el escenario educacional. Fue posible delinear tipos de libro texto considerados pertinentes en esa política pública y, por lo tanto, lícitos de evaluación y financiación por el Programa. Se percibe progresiva valoración de la concepción de libro de texto en cuanto a un objeto personal y con periodo de uso determinado por el año de escolaridad. Igualmente se nota la ampliación de la mirada del libro de texto como un objeto que integra y fusiona áreas de conocimiento.

Palabras clave: PNLD; libro de texto; Políticas públicas educacionales.

Abstract

This article aims to analyze text book concepts in the official publications of the *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD), Brazilian public politics. It is carried

¹ Tesista de Maestría en Educación – Universidade Federal Fluminense (UFF - Brasil)
adriana_afonso@id.uff.br

² Profesora Titular en Universidade Federal Fluminense (UFF-Brasil) sandraselles@id.uff.br



out through documental analysis and taking as reference documents between 2010 and 2019 concerning the Brazilian pedagogical stage of the *Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. A brief overview of the Program is constructed marking its prominent place, and text book concepts are added that relieve the complexity of this object. The documents are analyzed looking for an interpretation about which text book concepts are constructed by the Program's publications. PNLD is understood as an inducer and legitimator of pedagogical and curricular changes, representing disputes in the educational scenario on the definition of legitimate curricular knowledge. It was possible to delineate types of teaching materials considered relevant in this public policy, and legal for evaluation and financing by the Program. A progressive valuation of the text book conception is also perceived in the context of a personal object and with a period of use determined by the year of schooling. The expansion of the view of the text book is also noted as an object that integrates and merges areas of knowledge.

Keywords: PNLD; text book; educational public policies.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar concepções de livro didático construídas nas publicações oficiais referentes ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) brasileiro concernentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental entre 2010 e 2019. Para tanto, é tecido um breve levantamento sobre o Programa com vistas à compreensão do seu lugar de destaque. Segue-se a conceituações de livro didático que realçam a complexidade desse objeto. Por fim, são analisadas publicações oficiais do Programa, tencionando uma interpretação sobre quais concepções de livro didático são construídas. Entende-se o PNLD como indutor e legitimador de mudanças pedagógicas e curriculares, representando um relevante campo de disputa no cenário educacional. Foi possível delinear tipos de livros didáticos considerados pertinentes na perspectiva dessa política pública e, portanto, passíveis de avaliação e financiamento pelo Programa. Observa-se progressiva valorização da concepção do livro didático enquanto objeto pessoal e com período de uso determinado dentro do ano de escolaridade, além da ampliação da perspectiva do livro didático também enquanto um objeto que integra áreas de conhecimento.



Palavras-chave: PNLD; Livro Didático; Políticas Públicas Educacionais

Introdução

O presente trabalho se propõe a analisar quais concepções de livro didático são construídas pelos suportes impressos oficiais (decretos, editais e guias) da Política

Nacional do Livro Didático (PNLD) brasileira entre os anos de 2010 e 2019 concernentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Trata-se de um programa governamental cuja finalidade é organizar e implementar uma política nacional de materiais didáticos para escolas públicas brasileiras. Nosso interesse recai sobre como essas políticas atravessam a produção de livros didáticas de Ciências nas séries iniciais da escolaridade.

Para tanto, é apresentado um sucinto levantamento sobre o PNLD, enquanto ação de regulação, indutora e legitimadora de mudanças dentro das políticas e práticas educacionais partindo da hipótese de que o PNLD contribui para corroborar concepções de livro didático. Apresentam-se algumas conceituações desse objeto, onde busca-se destacar sua complexidade. Por fim, parte-se à análise dos decretos, editais e apresentações dos guias publicados pelo Programa buscando investigar quais concepções de livro didático são construídas, desconstruídas e/ou reforçadas.

Em 1985, institui-se a Política Nacional Livro Didático (PNLD) para distribuir livros escolares aos estudantes das escolas públicas de 1º Grau (que então compreendia da 1ª a 8ª série). O Programa é criado e organizado na metade final dos anos 1980 e ao longo dos primeiros anos da década de 1990, período de redemocratização após a ditadura civil-militar brasileira, marcado pelo embate de projetos de nação e atravessado pela ampliação de políticas neoliberais. Destaca-se sua influência nos processos de construção de conhecimentos e práticas escolares, através da seleção de produções didáticas, representando um relevante campo de disputa no cenário educacional, alvo de negociações e embates sobre a definição dos conhecimentos curriculares legítimos, além de destacada fonte de recursos financeiros. Assim destacamos a importância de análises sobre o Programa, além da centralidade e potencial dos usos de livros escolares, enquanto campo de disputa de significados e interesses no cenário educacional.



Bio-ponencia

Quando nos referimos a livros didáticos, tratamos de um objeto complexo, que permite formas de análise diversas e com caracterizações plurais. Nesse caminho, como ponto de partida, trazemos as investigações de Alain Choppin por sua relevância dentro do campo da história dos livros e das edições didáticas (ALONSO, 2011; OSSENBACH; SOMOZA, 2001). Ao investigar livros didáticos, Choppin propõe uma diferenciação entre textos produzidos especificamente para o âmbito escolar e os livros dos quais a escola se apropria. Dentro dessa diversidade, verifica-se uma variedade de nomenclaturas. Quanto a isso, Alonso (Ibidem) demarca que, tomando apenas a finalidade exclusiva e seu uso no âmbito escolar como critério central na definição desse material pedagógico, levamos a um uso indiscriminado de termos como texto escolar, livro texto, livro didático, livro escolar e manual escolar para referir-se a uma grande variedade de materiais. Disso, o autor advoga a necessidade de maior

especificação das características desses materiais educativos na construção de suas classificações e um refinamento na análise de seus usos.

Sobre esse ponto, Ossenbach e Somoza (2001), defendem que é impossível prescindir de uma terminologia variável, e apontam que pesquisadores do campo chegaram a alguns acordos básicos quanto à definição de *manual escolar* (termo usado na Espanha, país onde esses investigadores pesquisam atualmente) pautando-se nas seguintes características principais:

- a) intencionalidad por parte del autor (o editor) de ser expresamente destinado al uso escolar.
- b) sistematicidad en la exposición de los contenidos.
- c) adecuación para el trabajo pedagógico, ajustando el nivel de complejidad de los contenidos a un determinado nivel de maduración intelectual y emocional de los educandos.
- d) reglamentación de los contenidos, de su extensión y del tratamiento de los mismos, que debe ajustarse a unos enunciados curriculares y a un plan de estudios establecidos.
- e) intervención estatal administrativa y política, a través de la reglamentación citada (que selecciona, jerarquiza o excluye saberes y valores), y/o de la autorización expresa o implícita posterior a la publicación de la obra (OSSENBACH; SOMOZA, 2001. P.20).

Tomando essas características elencadas por Gabriela Ossenbach como base para a definição de *manual escolar*, é possível traçar um paralelo para a definição de livro didático que acreditamos atender às demandas da pesquisa aqui pretendida por apresentar elementos e dimensões desse objeto que são relevantes na análise do conceito de livro didático atrelado aos contextos da Política Nacional do Livro Didático brasileira.

Metodologia

A pesquisa das publicações oficiais referentes ao PNLD foi realizada, inicialmente, através de seleção de documentos, dentro do recorte demarcado, mediante processos de sistematização de uma leitura flutuante inicial, que propiciou a familiarização com os documentos. Seguiu-se à etapa de seleção dos documentos, na qual foram agrupados os textos mais significativos e foi constituído um *corpus* para as análises e elaboração de indicadores de interpretação. Por fim, foram investigadas manifestações textuais e temáticas nesse *corpus* que apontavam similaridades e distanciamentos potenciais à



interpretação sobre o delineamento das concepções de livro didático construídas pelo PNLD no recorte estabelecido.

No período entre 2010 e 2019, referente ao PNLD e concernentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, temos a publicação de três editais de convocação (BRASIL, 2010, 2014 e 2017), três guias: PNLD 2013 (Brasil, 2012), PNLD 2016 (BRASIL, 2015), e PNLD 2019 (BRASIL, 2018) além do Decreto n. 7.084, de 27 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010) e do Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017 (Brasil, 2017). Para organização deste texto, será feita referência ao ano do programa a que concerne o documento, como, por exemplo, o edital do PNLD 2013 (BRASIL, 2010) ou o guia do PNLD 2019 (BRASIL, 2018).

Resultados e análises

Centrando-nos nas concepções de livro didáticos presentes nesses documentos, observa-se, num panorama com foco etimológico, a confirmação de uma terminologia variável para referir-se a esse objeto. Ao longo dos documentos analisados, são usados termos como livro didático, volume, obra didática e material didático, além do termo coleção, sendo este último usado para referir-se ao conjunto organizado de livros/volumes concebidos em torno de proposta pedagógica única para atender a um período/ciclo de escolaridade e sua progressão didática.

Quanto às características de formato físico e utilização/reutilização dessas publicações, também são observadas variações. No edital referente ao PNLD 2013, eram aceitos livros didáticos consumíveis do 1º ao 3º ano para os componentes curriculares de Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática, enquanto os livros referentes aos demais componentes curriculares e ao 4º e ao 5º ano deveriam ser reutilizáveis. Já o edital do PNLD 2016, definia que todos os livros destinados aos três primeiros anos do ensino fundamental deveriam ser consumíveis e todos os destinados aos 4º e 5º anos seriam reutilizáveis. Por fim, o edital do PNLD 2019 aponta que as coleções aceitas deveriam ser compostas apenas por livros consumíveis para todos os anos de escolaridade do ensino fundamental. Dessa forma, observa-se a ampliação da valorização do livro didático enquanto objeto pessoal e de uso específico com período determinado dentro do ano de escolaridade.

Outra caracterização que apresenta mudança destacada ao longo dos documentos analisados refere-se à definição dos componentes curriculares atendidos pelo programa. No edital do PNLD 2013, fica definida a obrigatoriedade de um livro para cada componente curricular, que juntos constituiriam uma coleção didática. Enquanto o edital referente a 2016, além dos livros específicos, abre a possibilidade de obras integradas



sob a titulação “Ciências Humanas e da Natureza” que obrigatoriamente deveriam abranger as disciplinas de História, Geografia e Ciências. Já o edital do PNLD 2019, aceita obras didáticas de tipo disciplinar (específico a cada componente curricular), interdisciplinar (relacionando componentes curriculares obrigatoriamente sob o arranjo História e Geografia ou História, Geografia e Ciências) e as intituladas “Projetos Integradores” (com ligação entre diferentes componentes curriculares e áreas de conhecimento). Ou seja, se, no início da década, estava determinada a segmentação de um livro para cada componente curricular, as publicações referentes ao PNLD 2019 já abrangem obras interdisciplinares e projetos integradores, ainda que com algumas limitações de arranjo. Assim é possível observar uma ampliação à possibilidade de concepção do livro didático enquanto um objeto que integra áreas de conhecimento.

Outra questão que chama atenção é a forma como os documentos definem os deveres dessas obras. O edital e o guia referentes ao PNLD 2013 apontam que:

[...] *o livro didático deve veicular* informação correta, precisa, adequada e atualizada, procurando assegurar que os componentes curriculares e as áreas de conhecimento articulem seus conteúdos, a partir da abordagem de temas abrangentes e contemporâneos, que contemplem diferentes dimensões da vida humana, tanto na esfera individual, quanto global, regional e local (BRASIL, 2010, p. 27, grifo nosso).

Esse mesmo trecho, apesar de não constar no edital do PNLD 2016, aparece no guia referente a esse ano (BRASIL, 2015, p.15). Já o edital do PNLD 2019 apresenta uma reelaboração desse fragmento com a inclusão da perspectiva do livro didático enquanto mediador pedagógico:

[...] *a obra didática deve veicular* informação correta, precisa, adequada e atualizada. Além disso, a obra didática, *como mediador pedagógico*, deve proporcionar, *ao lado de outros materiais educativos*, condições propícias à busca pela formação cidadã (BRASIL, 2017, p. 28, grifo nosso).

Essa perspectiva do livro didático enquanto “mediador pedagógico” é reforçada também no edital do PNLD 2019 quando, no anexo Glossário, é apresentada a definição de livro do estudante enquanto “aquele utilizado pelo aluno para acompanhar as aulas do professor; estudar; realizar as atividades na sala de aula ou em casa” (BRASIL, 2017, p.17).



Dessa forma, reforçamos a vinculação da conceituação de livro didático analisada nesta pesquisa com os termos apontados por Ossenbach e Somoza (2001) em sua delimitação de *manual escolar*. Mediante a leitura dos editais e guias do PNLD publicados entre 2010 e 2019, é possível delinear a intervenção estatal que seleciona e hierarquiza, autoriza e desautoriza saberes através da definição de critérios quanto a formas de sequencialidade, níveis de complexidade, construções textuais e imagéticas.

Conclusões

A partir do exposto, ressaltamos as publicações oficiais do PNLD enquanto suportes capazes de construir, desconstruir e corroborar concepções de livro didático, tema de destaque nas investigações do campo educacional. Mediante a análise realizada, foi possível delinear tipos de materiais didáticos considerados relevantes na perspectiva dessa política pública e, portanto, passíveis de avaliação e financiamento pelo Programa. Também são observadas variações quanto às características de formato físico e utilização/reutilização dessas obras, com progressiva valorização da concepção do livro didático enquanto objeto pessoal e com período de uso determinado dentro do ano de escolaridade. Ademais é percebida mudança da caracterização do livro didático no que se refere aos componentes curriculares que o compõem com a ampliação da perspectiva do livro didático também enquanto um objeto que integra áreas de conhecimento. Contudo chama atenção a abertura indicada no programa, a partir de 2017, a uma variedade de obras escritas, que antes não estavam previstas enquanto passíveis de financiamento através do PNLD. Configuram-se assim importantes campos de investigação, tanto sobre os processos de elaboração dessa política quanto sobre sua recepção e recontextualização nas escolas. Em especial, torna-se relevante compreender como essas políticas afetam a produção de livros de Ciências da Natureza nos anos iniciais da escolaridade brasileira.

Referências

ALONSO, Gabriel David Samacá. Los manuales escolares como posibilidad investigativa para la historia de la educación: elementos para una definición. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana.**, Tunja, n.16, p.199-224, enero-junio 2011.

BRASIL. Decreto n. 7.084, de 27 de jan. de 2010. Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências.



_____.Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o PNLD 2013, de 03 nov. 2010.

_____.Guia de livros didáticos: PNLD 2013. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

_____.Edital de convocação 02/2014–CGPLI. Dispõe sobre Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o PNLD 2016, de 28 fev. 2014.

_____.Guia de livros didáticos: PNLD 2016: Apresentação: ensino fundamental anos iniciais. – Brasília: Ministério da Educação, 2015.

_____.Decreto n. 9.099, de 18 de jul. de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

_____.Edital de convocação 01/2017–CGPLI. Dispõe sobre Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2019, de 27 jul. 2017.

_____.PNLD 2019: Guia digital - Ministério da Educação - Secretaria de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

OSSENBACH, Gabriela; SOMOZA, Miguel. Introducción. *In: Los manuales escolares como fuente para la historia de la educación en América Latina*. Madrid: UNED, 2001. pp.13-34.

